



## A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E O SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO CURRICULAR PARA PROJETO DE CORREÇÃO DE FLUXO TEMPOS DE APRENDER

Maria da Conceição Carvalho Brandt da Luz (UERJ)\*

**RESUMO:** Este projeto de pesquisa teve como objetivo entender como se dá o processo de construção curricular realizado pelas Coordenadoras Pedagógicas que atendem as turmas do Projeto de Correção de Fluxo – “Tempos de Aprender” da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora. Nessa pesquisa o coordenador pedagógico foi concebido como um educador coparticipe da fabricação curricular, que ao participar no projeto Tempos de Aprender é provocado a atuar como um educador popular. Como metodologia de pesquisa, utilizamos as histórias de vida por entender que elas estão entrelaçadas com as escolhas profissionais das entrevistadas e que, tal fato impacta nas decisões e escolhas curriculares no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Coordenação Pedagógica. Educação Popular.

### 1 Introdução

Utilizando como referencial a teoria crítica, este artigo visa divulgar uma parte dos resultados da pesquisa em torno do projeto de Correção de Fluxo “Tempos de Aprender”, desenvolvido pelas escolas da rede pública municipal de Juiz de Fora/MG. Essa política educacional foi configurada em 2014, a partir de levantamentos e análise de dados das taxas de rendimento do ano anterior divulgados pelo INEP. Na época, cerca de 40% dos (as) alunos (as) estavam em distorção idade-série.

Segundo seus documentos norteadores, organizados pela Secretaria de Educação, tal ação busca garantir o direito à aprendizagem de jovens (em sua maioria vivendo na periferia da cidade), que por algum motivo tiveram sua trajetória escolar comprometida. Por isso mesmo, acreditamos na relevância desse projeto,

---

\* Doutoranda em educação pela UFRJ; Mestre em educação pela UFJF; Professora e Coordenadora Pedagógica pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora; brandtluz57@gmail.com.



## V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

pois "o direito à educação escolar é um desses espaços que não perderam e nem perderão sua atualidade". (CURY, 2002, p. 246).

Hoje, com o processo de redemocratização do país, o sistema educacional apresenta inúmeros avanços. Entretanto, ainda enfrenta vários e sérios problemas em suas instituições escolares como, por exemplo, o baixo rendimento escolar, os altos índices de reprovação e de distorção idade-série. Esta última traz inúmeras inquietações para a escola e uma desmotivação por parte dos (as) educandos (as).

Dentro desta configuração é importante pensarmos no campo curricular. Campo este que é um lugar de constantes disputa não só curriculares, como também, sociais e profissionais. Por isso, não está pronto, não é estático e está alinhado ao momento histórico de cada sociedade.

Dentro desta perspectiva, o currículo pode ser entendido como uma seleção com características, organizações e critérios próprios, construído historicamente. São também formas culturais ligadas às condições econômicas e sociais característicos de diferentes classes e segmentos sociais. É o núcleo da escola e por isso, "*um lugar normatizado, politizado e inovado*" (ARROYO, 2013, pág. 13).

Nesta perspectiva, o trabalho da coordenação pedagógica é (ou deveria ser) o de buscar possíveis soluções e uma melhor maneira para trabalhar tais dificuldades dos educandos, bem como, uma melhor metodologia entre os professores.

Por fim, como estruturação do texto, propomos, na parte seguinte, discutir os impactos das políticas públicas educacionais. Na terceira parte e final do texto, tentaremos expor aspectos referentes ao Projeto de Correção de Fluxo "Tempos de Aprender", alinhados à questão curricular e ao papel da coordenação pedagógica na construção de um currículo para essas turmas.

### **2. Os impactos das políticas públicas educacionais nos sistemas escolares:**

A partir da década de 80 com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, ocorreram várias mudanças em relação à educação. Entre elas, a que garantiu o direito e o acesso à educação de todos os cidadãos, independentemente de sua classe social e, é dentro deste contexto que encontramos a escola e sua relação com os diferentes problemas existentes dentro do espaço escolar.



## V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

Nesse sentido, tanto o fracasso escolar quanto a distorção idade-série são problemas que a escola vem enfrentando ao longo do tempo. Ambos apresentam suas raízes em questões sociais e nas desigualdades de oportunidades presentes em nossa história.

Esclarece-se que a distorção idade-série é considerada quando o(a) aluno(a) possui dois ou mais anos de atraso em sua trajetória escolar. Assim,

[...] quanto maior a distorção, pior o desempenho escolar [...] Há uma íntima relação entre a taxa de distorção idade-série e a taxa de repetência, sendo que esta é causa daquela [...] Quanto maior for a repetência nos anos anteriores ao ano em questão, maior será a defasagem. (SOARES; SATYRO, 2008, p. 10).

Segundo dados lançados pelo INEP em relação ao censo escolar de 2018, percebe-se que houve uma queda de 1% em relação ao ano anterior (20,7% em 2017 para 19,7% em 2018). No entanto, isso representa, ainda em média, 7 milhões de jovens em distorção idade-série. São adolescentes das camadas populares, em maioria do sexo masculino, e cursando as séries iniciais do Ensino Fundamental II. Tal fato traz à tona discussões sobre a entrada, a permanência dos educandos e a qualidade do ensino nas escolas do país. Segundo Arroyo (2011, p. 91):

O acesso à escola, sua permanência nela, tem esses sentidos radicais: a possibilidade de entrar nos espaços negados, de entrar em outros espaços sociais, políticos. Simboliza passar de lugar social, serem reconhecidos. A negação do acesso e permanência à escola e à universidade reproduzem o não reconhecimento do seu direito a lugares legítimos. (...). (ARROYO, 2011, p. 91).

No entanto, para que este direito seja reconhecido e garantido, um movimento exigente é sua impressão na letra da lei. A lei deve orientar a produção de políticas que garantam equidade entre os sujeitos sociais com o objetivo de diminuir as diferenças sociais e as discriminações. Por isso, não podemos deixar de compreender que a elaboração de leis e políticas públicas educacionais são frutos de lutas sociais e refletem o desenvolvimento ou não de um país. Segundo CURY (2002, p. 249), "[...] a ligação entre o direito à educação escolar e a democracia terá a legislação como um de seus suportes e invocará o Estado como provedor desse bem, seja para garantir a igualdade de oportunidades, seja para intervir no domínio das desigualdades.

Defender o direito ao acesso à educação significa defender o desenvolvimento pleno dos sujeitos sociais no exercício efetivo de sua cidadania e no compromisso



## V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

com a transformação da sociedade. Entretanto, com a globalização, essas políticas vêm sendo influenciadas pelas ideias e interesses de organismos internacionais e grupos ligados à elite.

No entanto, para que essas discussões se tornem fecundas, é necessário entendermos que o fenômeno da distorção idade-série não é algo pontual, exclusivo de uma única escola ou região. Mas que é construído por toda a trajetória escolar, desde a educação infantil até o ensino médio de muitos jovens brasileiros. De acordo com o Panorama da distorção idade-série no Brasil de 2018, divulgado pela UNICEF (2018, p. 04),

grande parte dessas meninas e desses meninos ingressam na escola na idade certa, mas não tiveram seu direito à educação devidamente assegurado (...) Tal fato, impactará negativamente suas trajetórias escolares, levando muitos a abandonar a escola. (UNICEF, 2018, p. 04).

Nesse sentido, para que a escola cumpra essa função social, espera-se que o governo elabore políticas públicas e que estas possam ter uma efetiva ligação com as demandas e a realidade social. Assim, ao se pensar em uma política pública educacional (em qualquer esfera governamental), faz-se necessário, também, projetar possíveis reflexos e impactos que terão nas instituições escolares e na própria sociedade.

Dentro nessa perspectiva, segundo Libâneo (2016), o papel da escola como um espaço de desenvolvimento da capacidade crítica do sujeito está em segundo plano ou até mesmo ausente. Seus conteúdos e procedimentos didáticos/metodológicos estão reduzidos ao mínimo de aprendizagem. Torna-se uma educação apenas como preparação para a força de trabalho. "Como isso, a função do ensino fica reduzida aos conteúdos mínimos, desvalorizando-se o papel do professor e, em consequência, tudo o que diga respeito à pedagogia, à didática, ao ensino". (LIBANEO, 2016, p.48).

Arroyo (2011) contribui com esse pensamento ao dizer que se faz necessário repensar a construção de políticas públicas educacionais no sentido de se reconhecer as lutas por espaços, por pertencimento. Deixar de se pensar em políticas compensatórias e pensar em políticas de reconhecimento, de direito.

Portanto, segundo esses autores, é necessário que haja uma mudança na forma de se pensar e estruturar as políticas públicas educacionais de forma que elas



## V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

se tornem espaços de reconhecimento e afirmação das diferentes culturas e conhecimentos existentes em nossa sociedade.

### **3. O PROJETO DE CORREÇÃO DE FLUXO "TEMPOS DE APRENDER" E A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

Dentro do cenário educacional brasileiro, encontramos ainda uma significativa parcela de alunos(as) vivendo em situações de evasão, repetência, abandono e, conseqüentemente, distorção idade-série.

Dados do Censo Escolar de 2018, divulgados pelo INEP, revelam que em Juiz de Fora, especificamente na Rede Municipal de Ensino, foco da pesquisa, a taxa de distorção é de 25,8% no final do Ensino Fundamental I e de 29,6% no final do Ensino Fundamental II.

Para tentar corrigir esse problema que já apresentava um alto índice em 2014, a Secretaria de Educação (SE) desenhou uma política educacional para combater a defasagem idade-série, que recebeu o nome de "Tempos de Aprender". Em seu ano de implantação, 2015, teve 25 escolas participantes com 411 alunos do Ensino Fundamental II. Essas instituições de ensino foram convidadas a participar do projeto por terem um número elevado de alunos em distorção.

Após três meses de funcionamento do projeto, e no ano seguinte, 2016, a Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora lançou as diretrizes e as orientações para o projeto de correção de fluxo. Tais documentos visavam dar direcionamentos pedagógicos e administrativos às escolas que faziam parte do programa.

Hoje, depois de quatro anos de implementação dessa política pública educacional, o projeto "Tempos de Aprender" atendeu 39 escolas, em um total de 2.302 alunos, em sua maioria do Ensino Fundamental II.

Nesse sentido, ao nos aproximarmos do campo curricular, podemos dizer que é um conceito que está imerso em constantes debates e discussões e, por isso mesmo, sofre inúmeras influências e disputas de acordo com o momento histórico de cada sociedade. Por essa razão, não é neutro e nem inocente. É político, intencional e ideológico. Segundo Grundy (1987), citado por Sacristán (2000),



## V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas. (GRUNDY, 1987, p. 05 apud SACRISTÁN, 2000, p. 14).

Dentro da visão a coordenação pedagógica surge como uma figura de articulação entre a prática escolar e os saberes científicos. Assume esse papel nos espaços escolares junto com a equipe diretiva, em um esforço de construção do projeto político-pedagógico e, também, de contribuir para a formação continuada do professor(a) e para a sua própria enquanto pedagogo.

A opção em destacar nesta pesquisa a figura do coordenador pedagógico não é algo aleatório. Esta escolha parte da minha própria trajetória nesta frente de trabalho e das minhas inquietações acerca do papel desempenhado por mim nas questões pertinentes à construção curricular das etapas escolares em minha responsabilidade. Perante este fato e, também por desempenhar diversas funções que acabavam por sobrepor sua ação de dinamizar as questões curriculares, pedagógicas e formativas para a capacitação dos professores (as), reconheço a importância deste profissional no processo de definição de saberes e práticas que serão postas em ação na escola.

Por isso, nessa pesquisa, o coordenador pedagógico é concebido como um educador coparticipe da fabricação curricular, que ao participar do projeto Tempos de Aprender é provocado a atuar como um educador (a) popular.

Nessa lógica, pensar em um currículo voltado para as culturas dos educandos é passar a ter um novo olhar e uma nova postura frente às diferentes aprendizagens. Tal mudança teórica e metodológica possibilita reorientar escolhas curriculares e procedimentos de ensino. Para Freire (1997), tal postura significa abandonar práticas de educação bancária e assumir uma educação libertadora.

Partindo daí, uma questão pontuada pelas coordenadoras é que o trabalho pedagógico feito para as turmas do TA, deve ser contextualizado. Ou seja, procuram partir de algo concreto, da vivência social; retomando conceitos que ainda não foram consolidados. Marina, por exemplo, nos conta que nas reuniões pedagógicas procurava reforçar a necessidade deste trabalho.

Apoiando esta fala, Paulo Freire (1992) nos aponta que a escola ao respeitar a cultura do (a) aluno (a), estes começam a se descobrir como produtores de



## V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

cultura, como indivíduos e não como objetos de aprendizagem e, por isso, a educação deve prepará-los para a vida, numa proposta de transformação da realidade opressora.

Para isto, contudo, é preciso que creiamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também. Se esta crença nos falha, abandonamos a idéia ou não a temos, do diálogo, da reflexão, da comunicação e caímos nos *slogans*, nos comunicados, nos depósitos, no dirigismo. Esta é uma ameaça contida nas inautênticas adesões à causa da libertação dos homens (FREIRE, 1987, p. 30).

Desta forma, ao modificar sua relação com o conteúdo, a coordenação pedagógica e o (a) professor (a) passa a ver seus alunos como indivíduos capazes de aprender, tornando-os centrais no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, passam a serem vistos como sujeitos a apropriação do conhecimento.

Como consequência, o currículo passa a ser construído a partir das formas de aprender do aluno, deixando de lado as lógicas tradicionais, hierarquizadas, rígidas e segmentadas que geralmente centralizam as organizações curriculares.

Essa consciência também traz uma configuração escolar diferente, onde os professores e equipe diretiva têm procurado em reuniões e oficinas aprofundarem seus estudos, reconhecendo que educadores (as) são sujeitos de direitos.

Dentro da visão aqui defendida, em um processo pedagógico democrático, a coordenação pedagógica surge como uma figura de articulação entre a prática escolar e os saberes científicos. Assume esse papel nos espaços escolares junto com a equipe diretiva, em um esforço de construção do projeto político-pedagógico e, também, de contribuir para a formação continuada do professor(a) e para a sua própria enquanto pedagogo.

Nesse sentido, entendemos que o fazer pedagógico do coordenador pedagógico perpassa pela capacidade de tomar decisões a partir de discussões coletivas em busca de uma prática educativa que busque uma transformação social. Portanto, a nosso ver, o coordenador pedagógico também assume o papel de educador, porque é igualmente corresponsável pelo acompanhamento e pela aprendizagem dos alunos, à medida em que auxilia os professores em seu trabalho cotidiano junto aos discentes, tornando-se um suporte para os educadores com novas práticas pedagógicas articuladas com as necessidades advindas do cotidiano escolar.



## V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto, tentamos abordar a questão da política pública como um instrumento desenvolvido pelo Estado com a participação da sociedade, com o objetivo de garantir direitos para toda a população, independente do segmento social, cultural, étnico ou econômico.

Dentro desse contexto, a política educacional traz orientações e diretrizes para construir caminhos que assegure (ou deva) o desenvolvimento total do indivíduo e sua compreensão em relação ao mundo em que vive. Por isso, podemos dizer que elas refletem os momentos históricos de um país, de uma sociedade.

Ao abordar os problemas educacionais brasileiros, é importante destacar o fracasso e a distorção idade-série. É significativo ressaltar que discutir esses problemas não é comparar a aprendizagem dos alunos (bons ou com dificuldades), mas como o próprio Arroyo (1992) propõe, é pensar nesses dois problemas como processos intraescolares decorrentes da própria estrutura excludente, à medida em que a escola perpetua o sistema seriado, a organização curricular e a cultura da reprovação.

Nessa lógica, pensar em um currículo voltado para as culturas dos educandos é passar a ter um novo olhar e uma nova postura frente às diferentes aprendizagens. Tal mudança teórica e metodológica possibilita reorientar escolhas curriculares e procedimentos de ensino. Para Freire (1997), tal postura significa abandonar práticas de educação bancária e assumir uma educação libertadora.

Finalmente, destaca-se que a coordenação pedagógica, nesta conjuntura, assume um papel de articuladora e mediadora dos espaços escolares, provocando a construção de um espaço de formação para os educadores.

Ao pesquisar o papel da coordenação pedagógica na construção curricular de um projeto de Correção de Fluxo como o Projeto "Tempos de Aprender", torna-se neste atual momento histórico brasileiro, um ato político e ideológico. Isso porque, estamos discutindo práticas pedagógicas que buscam (ou deveriam buscar) dar voz para atores silenciados e excluídos durante muito, por diferentes motivos, do ambiente escolar.

Ao defendermos a figura do coordenador pedagógico como um educador, estamos entendendo que esse profissional ao procurar mediar os conhecimentos trazidos socialmente com os conhecimentos trazidos pelos alunos e pela equipe





**V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE**  
**Intersecção entre universidade e escola**  
**“Paulo Freire: contribuições**  
**para a educação pública”**

escolar possibilita (ou deveria possibilitar) a construção de um processo educativo que vise a humanização dos indivíduos e conseqüentemente, contribua para um processo de emancipação social e política.

Nessa lógica, pensar em um currículo voltado para as culturas dos educandos é passar a ter um novo olhar e uma nova postura frente às diferentes aprendizagens. Tal mudança teórica e metodológica possibilita reorientar escolhas curriculares e procedimentos de ensino. Para Freire (1997), tal postura significa abandonar práticas de educação bancária e assumir uma educação libertadora

## **5. REFERÊNCIAS:**

ARROYO, Miguel G. **Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica.** In: Aberto, Brasília, ano 11, nº 53, 1992.

\_\_\_\_\_. **Currículo, território em disputa.** 1ª ed. Petrópolis; Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. RBPAAE, v. 27, nº01, pág. 83-94, jan/abril 2011

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação. Direito à igualdade, direito à diferença.** Cadernos de Pesquisa, nº 116, pág.245-262, julho de 2002.

FRANCO, Denise Vieira. **Coordenador Pedagógico: identidade em questão.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra S/A, 1987.

LIBANEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: Desfiguramento da escola e do conhecimento escolar.** Caderno de Pesquisa, v. 46, nº 159, pãg. 38-62, jan/mar 2016.

SACRISTÁN. J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3ª edição. Artmed, Porto Alegre, 2000.

UNICEF, **Panorama da distorção idade-série no Brasil.** Ed. Unicef, Agosto 2018.